REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO - RBDP
ano 10 · n. 39 · outubro/dezembro 2012 - Publicação trimestral

39

ISSN 1678-7072

Revista Brasileira de DIREITO PÚBLICO

RBDP

DOUTRINA e JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ibdp
Instituto Brasileiro de Direito Público

Fórum

Sumário

DOUTRINA

Artigos

Ativismo judicial, pragmatismo e capacidades institucionais – As novas tendências do controle judicial dos atos administrativos

Rafael Carvalho Rezende Oliveira 9

1 Introdução 9
2 Ativismo judicial – Origem e dimensões 10
3 As viradas pragmática e institucional no processo interpretativo 17
3.1 Pragmatismo jurídico 17
3.2 Análise institucional 21
4 O controle judicial dos atos administrativos no Brasil 24
4.1 A constitucionalização do Direito Administrativo e a evolução do controle judicial 24
4.2 Tendências do controle judicial dos atos administrativos a partir de uma visão pragmática e institucional 28
5 Conclusão 33
Referências 34

A exploração da faixa de domínio das rodovias por concessionárias de energia elétrica e o interesse público

Flávio Amaral Garcia, Rafael Véras de Freitas 37

1 A questão controversa 37
2 A controvérsia doutrinária sobre o tema 38
2.1 A corrente contrária à cobrança 38
2.2 A corrente favorável à cobrança 42
3 A divisão do tema na jurisprudência pátria 44
4 As técnicas de compartilhamento da faixa de domínio 46
4.1 A instituição de servidão administrativa 46
4.2 A instrumentalização por meio de permissões ou autorizações 48
4.3 O contrato de compartilhamento de infraestrutura 50
5 A remuneração pela utilização da faixa de domínio e o dever de observância ao princípio da proporcionalidade 53
6 Breves conclusões 54
Referências 55

Democracia direta, representativa e participativa – Um breve exame sobre esses modelos

Luciano Chacha de Rezende 57

Introdução 57
1 A democracia direta 58
2 A democracia representativa 62
2.1 Pontos que merecem séria reflexão 69

3 A democracia participativa ... 72
Conclusão ... 79
Referências ... 81

O dever instrumental informatizado e a denúncia espontânea

Andréia Fogaça Maricato ... 83

1 Introdução ... 83
2 Delimitação do objeto ... 84
3 Dever instrumental informatizado ... 85
4 Denúncia espontânea ... 90
5 Impactos da informatização na denúncia espontânea ... 95
6 Conclusões ... 98
Referências ... 98

A legalidade da suspensão do serviço público de energia elétrica

Paulo Roberto de Sousa Júnior, Emerson Ouvidor Oliveira ... 101

1 Introdução ... 102
2 Noções de serviços públicos ... 102
2.1 Conceito ... 102
2.2 Classificação ... 104
2.3 Princípios ... 105
2.4 Formas de prestação ... 106
3 Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor ... 108
3.1 Consumidor ... 109
3.2 Fornecedor ... 110
3.3 Produtos ou serviços ... 110
3.4 Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos serviços públicos ... 111
4 O serviço público de energia elétrica ... 115
4.1 Considerações preliminares ... 115
4.2 A energia elétrica e a Constituição Federal de 1988 ... 116
4.3 Contrato de fornecimento de energia elétrica ... 117
4.4 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ... 118
5 Suspensão do serviço público de energia elétrica ... 120
5.1 A essencialidade do serviço de energia elétrica ... 120
5.2 A relatividade do princípio da continuidade dos serviços públicos ... 121
5.3 Hipóteses autorizadoras da suspensão ... 122
5.3.1 Situações de emergência, ordem técnica e segurança dos usuários ... 122
5.3.2 Inadimplência dos consumidores-usuários ... 124
5.4 Exceção do contrato não cumprido ... 125
6 Posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais ... 126
6.1 Argumentos contrários à suspensão do serviço de energia elétrica ... 126
6.2 Argumentos favoráveis à suspensão do serviço de energia elétrica ... 127
7 Conclusão ... 131
Referências ... 133

A denunciação da lide pelo Estado ao agente público causador do dano ao particular, sob o prisma da constitucionalização do Direito

Renato Rodrigues Gomes ... 137

1 Introdução ... 137

2 A responsabilidade civil do Estado – Fundamentos do dever de indenizar (princípios da legalidade, da igualdade e da solidariedade) 139
3 O conteúdo axiológico (valor) e teleológico (*ratio juris*) da norma extraída do art. 37, §6º da Constituição de 1988 142
4 Algumas noções de ponderação 144
5 A constitucionalização do Direito (no sentido de filtragem constitucional) 146
6 Acesso à justiça como efetividade e tempestividade da tutela jurisdicional 148
7 Supremacia do *interesse público* sobre o *privado*? 150
8 Denunciação da lide – Fundamento, finalidade e conceito 155
9 Argumentos prós e contra a denunciação da lide pelo Estado ao agente público causador do dano ao particular 156
10 Análise do art. 37, §6º da Constituição de 1988, à luz da ponderação orientada pelo postulado da proporcionalidade 160
10.1 Situação hipotética 1 – Caso fácil 162
10.2 Situação hipotética 2 – Caso difícil e extremo 165
11 Conclusão 170
Referências 172

Unicidade e dualidade de jurisdição – O contencioso administrativo

Eurico Zecchin Maiolino 175

1 Introdução 175
2 O controle da Administração Pública e o princípio republicano 176
3 A gênese na separação de poderes – Unicidade e dualidade de jurisdição 178
4 A subjetivação da justiça administrativa e seu fortalecimento 181
5 Conclusão 185
Referências 186

As implicações jurídico-constitucionais da tutela da intimidade e suas relações com a atividade investigatória do Estado

Leonardo Bellini de Castro 189

Introdução 189
1 Tutela constitucional da intimidade 190
2 A atividade investigatória do Estado e suas implicações com a tutela jurídica da intimidade e vida privada. 191
2.1 Os sigilos bancário e fiscal como projeções do direito fundamental à intimidade patrimonial e a possibilidade de sua quebra no bojo de investigação estatal 192
2.2 A quebra dos sigilos bancários e fiscal feitas diretamente pelos órgãos arrecadadores de receita 195
2.3 A quebra dos sigilos bancários e fiscal feitas diretamente pelas Comissões Parlamentares de Inquérito 198
2.4 A quebra dos sigilos bancários e fiscal feitas diretamente pelo Ministério Público 199
2.5 A captação e interceptação ambiental e a tutela da intimidade pessoal 203
2.6 As interceptações telefônicas e a tutela da intimidade pessoal 206
2.7 O sigilo de dados cadastrais e a tutela da intimidade pessoal 209
2.8 O sigilo epistolar e telemático e a tutela da intimidade pessoal 210
3 Criminalidade organizada e métodos heterodoxos de investigação 212
Conclusão 213
Referências 214

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Promoção de juiz federal – Merecimento – Ampla discricionariedade do Presidente da República – Interpretação literal do art. 107 da CF – Inadmissibilidade – Vinculação da escolha presidencial ao nome que figure em lista tríplica por três vezes consecutivas ou cinco alternadas – Exigibilidade – Incidência do art. 93, II, a, na espécie – Alteração introduzida pela EC 45/2004.
Mandado de Segurança nº 30.585 219

Supremo Tribunal Federal

Prestação de serviços previsíveis e de caráter permanente – Saúde – Contratação por concurso público – Obrigatoriedade – Ausência de razões consistentes – Decisão mantida.
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 445.167 251

ÍNDICE 255

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 259